

## O BAIRRO PIRAMBU E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE FORTALEZA

**Raimundo Ferreira Lima**

Centro Universitário Fametro - Unifametro  
raimundo.lima@aluno.unifametro.edu.br

**Roseane Carvalho de Souza**

Centro Universitário Fametro - Unifametro.  
roseane\_carvalho\_40@hotmail.com

**Evânia Maria Oliveira Severiano**

Centro Universitário Fametro - Unifametro  
evaniaseveriano@gmail.com

**Título da Sessão Temática:** *História, Patrimônio e Identidade*

**Evento:** IX Encontro de Pós-graduação

### RESUMO

Para analisarmos o processo de urbanização de Fortaleza, é necessário falarmos sobre o período conhecido como “Belle Époque” em que ocorreram importantes mudanças e avanços tecnológicos. Desde então, a cidade de Fortaleza inicia um processo de restauração da área urbana e de progresso social, que naquele momento histórico simbolizava modernismo. É precisamente neste contexto social (no início do século XX) que este encanto, a moda francesa, envolve completamente a cidade de Fortaleza e altera inteiramente os hábitos da sua população. A partir da década de 1930 surge uma área que abriga uma população de desvalidos (na sua maioria retirantes dos longos períodos de seca), em que apresentava um índice muito alto de vulnerabilidade social. Neste momento histórico, constatamos uma divisão territorial na sociedade fortalezense, e com o aparecimento de novas áreas de isolamento sendo estipuladas demarcações entre lugares belos e lugares com predominância de pessoas abaixo da linha de pobreza. Com este instrumento de controle social, o Estado conseguiu concentrar os retirantes da seca em uma área demarcada, porém fez surgir uma favela que passou a ser conhecida pelos seus moradores de: Pirambu, o qual já nasceria dentro de um ambiente com desigualdade social.

**Palavras-chave:** Bairro Pirambu. Plano Diretor. Vulnerabilidade Social.

### INTRODUÇÃO

Com o advento da seca de 1932, os retirantes da seca eram inseridos em espaços já conhecidos desde o período de seca de 1915, que eram definidos como “campo de concentração”, e distribuídos próximos a estações de trem.

Com a chegada dos retirantes, no período da seca de 1932, a cidade de Fortaleza aumentou a sua população, consideravelmente. Assim, os governantes vão aproveitar essa mão de obra considerada barata para utilizar nas diversas obras na cidade de Fortaleza.

A partir de 1933, com a publicação da Carta de Atenas<sup>1</sup> se passa a desenhar as cidades de acordo com as suas necessidades primárias: habitar, trabalhar, circular e recrear. Observamos que este processo de modernização só foi aplicado somente ao centro de Fortaleza, enquanto as periferias e favelas cresciam de uma forma descontrolada e com a predominância da desigualdade social. Este projeto de remodelação de Fortaleza de 1933 seria inviável devido a grande quantidade de terrenos baldios ocupados por retirantes do período de seca.

Com o Plano de Remodelação e Expansão da Cidade de Fortaleza (1947) veio com a finalidade de contribuir para elevar ainda mais a população da área oeste, incluindo o bairro Pirambu. Identificamos que o Plano de Remodelação e Expansão da Cidade de Fortaleza (1947) não obteve sucesso com os seus objetivos.

Verificamos no ano de 1963 a edição de mais um Plano Diretor de Fortaleza, elaborado pelo arquiteto e urbanista Hélio Modesto, que ampliava o debate em redor das questões urbanas. No período de vigência do Plano Diretor de Fortaleza (1963-1972), a população da cidade de Fortaleza cresceu consideravelmente, e junto com este crescimento demográfico vieram também os problemas sociais. Assim identificamos que os períodos de seca continuavam sendo o principal motivo do êxodo rural para a cidade de Fortaleza. Estes retirantes buscavam moradia nas comunidades das periferias, inclusive na parte oeste de Fortaleza.

Os planos diretores da cidade de Fortaleza (1972, 1975 e 1992)

---

<sup>1</sup> A Carta de Atenas foi um documento elaborado em Atenas no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) na cidade de Atenas em novembro de 1933. A Carta de Atenas constatou a unidade primordial das cidades e suas regiões periféricas. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carta de Machu Picchu. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Machu%20Picchu%201977.pdf>>. Acesso em: 17 ago.2019.

apresentavam várias dimensões, como por exemplo: territorial, econômica, social, política, jurídica, tributária e institucional.

Observamos na década de 1990, a crescente ocupação privada da área urbana e o desenvolvimento do mercado imobiliário motivando o aumento de comunidades periféricas e o aumento das diversas expressões da questão social dentro dos novos espaços e nos que já existiam. Como destaca Brasil (2016, p. 77):

A iniciativa privada – o mercado imobiliário – também não teve interesse em prover habitação popular, pois o objetivo desse agente é o lucro, o que as classes baixas não podem oferecer, por conseguinte, elas nunca conseguiram se inserir nas transações imobiliárias formais. Apesar disso, o Estado, por vezes nacional e mais recentemente **municipal**, interviu diretamente na questão habitacional, mas **de modo descolado** do planejamento urbano. As intervenções mais significativas se deram a partir da construção de novos conjuntos habitacionais, poucos foram os investimentos para garantir a permanência da população no local através de urbanizações ou melhorias habitacionais (grifo nosso).

Identificamos nos anos de 1990 que essa corrida imobiliária continuou empurrando, em plena virada do século XX, ainda mais a população para construir suas moradias próximas a rios, a estradas de ferro e dunas, com a participação da iniciativa privada e do Poder Municipal de Fortaleza. Com essa mudança, incluída no sistema capitalista, foi preponderante para o avanço do novo desenho desigual da área urbana do município de Fortaleza. Conforme Lefebvre (1999, p. 164) enfatiza:

**A propriedade da terra retoma uma influência** que parecia ter perdido. Ela age de muitas maneiras. A terra e mais ainda o espaço inteiro se vendem em parcelas. A permutabilidade tem uma importância crescente na transformação das cidades; mesmo a arquitetura depende dela: a forma dos edifícios provém dos loteamentos e da compra de terra fragmentada em retângulos de pequenas dimensões. O setor imobiliário se torna tardiamente, mas de maneira cada vez mais nítida, um setor subordinado ao grande capitalismo, ocupado por suas empresas (industriais, comerciais, bancárias), **com uma rentabilidade cuidadosamente organizada sob a cobertura da organização do território** (grifo nosso).

A Constituição Federal de 1988 apresentou nos seus artigos 182 (política de desenvolvimento urbano) e 183 (regularização fundiária urbana), que seriam considerados o ponto inicial para a criação da Lei do Estatuto da Cidade em 2001. Destacamos que após vários desafios e lutas, foi assinada a denominada Lei do Estatuto da Cidade, sendo aprovada em 18 de junho de 2001.

Com o fracionamento do delineamento urbano da cidade de Fortaleza e a ausência de políticas urbanas mais efetivas voltadas para as comunidades periféricas, identificamos um desgaste social em consequência da expansão urbana

do município de Fortaleza.

Nesse sentido o objetivo geral do presente trabalho é identificar o processo de urbanização de Fortaleza de 1930 até os dias atuais, através dos diversos Planos Diretores e diversas legislações, que esta evolução urbana não foi propícia para as comunidades periféricas (por exemplo: a comunidade do Pirambu). Observamos uma prática administrativa voltada para atender interesses dos setores empresariais, enquanto os moradores dos bairros das periferias sobrevivem à mercê de políticas públicas não efetivas, e em alguns momentos da história da cidade de Fortaleza apresentavam uma natureza assistencialista.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho foi desenvolvido por meio da pesquisa qualitativa por verificar que a realidade somente se compreende por proximidade e a análise exploratória. Gil (2009) dispõe que a investigação exploratória evidencia como finalidade tornar o objeto de conhecimento mais objetivo.

De acordo com Minayo (2009), pelo caminho da avaliação qualitativa é possível aprofundar no dia a dia do bairro investigado, na busca por interpretar a realidade do objeto pesquisado. A aplicação de critérios qualitativos permite o acesso de uma janela de possibilidades, uma vez que a citada metodologia resulta em ilimitados entendimentos no ponto de vista do qual está sendo pesquisado.

A metodologia dessa pesquisa centrou-se na pesquisa documental, que conforme Gil (2009) é a consulta realizada em conteúdo que não obteve qualquer exame científico e pesquisa bibliográfica que é a pesquisa elaborada a partir de material já produzido, como livros e artigos científicos.

Pesquisamos em publicações nacionais sobre este campo de conhecimento, por meio da leitura analítica de artigos e textos com relação ao tema. Como processo de escolha, buscamos publicações e trabalhos, examinados em ambiente da academia. Para Lakatos e Marconi (2010, p. 57), a pesquisa bibliográfica abrange:

bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: film e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...].

Desta forma, foi realizada uma contextualização descrevendo o processo de urbanização de Fortaleza a partir de 1930 e o surgimento do bairro Pirambu apontando seus desafios e construções até os dias atuais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas pesquisas bibliográficas e documentais, observamos uma prática administrativa voltada para atender interesses dos setores empresariais, enquanto os moradores dos bairros das periferias sobrevivem à mercê de políticas públicas não efetivas, e em alguns momentos da história da cidade de Fortaleza apresentavam uma natureza assistencialista.

Identificamos no contexto histórico da realidade social de Fortaleza e do bairro Pirambu, a adoção de várias legislações e Planos Diretores, que influenciaram o desenvolvimento urbano e social da capital cearense, porém, estas medidas não alcançavam na maioria das vezes as comunidades periféricas. Com a valorização dos imóveis na cidade de Fortaleza, observamos uma corrida imobiliária em plena virada do século XX. Deste modo, propiciando a criação de mais moradias próximas a rios, a estradas de ferro e dunas, sendo desrespeitadas as normas da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo pelos próprios gestores municipais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de urbanização de Fortaleza indica uma trajetória em que os bairros mais carentes, como por exemplo: o bairro Pirambu, que desde o início da sua história não teve nenhuma política social para atender a sua população, que era formada por pessoas que migravam do interior fugindo dos longos períodos de estiagem.

Logo, o tema “TERRITÓRIO” passa a ser considerado como uma questão estratégica estabelecendo estrutura de suporte para a regularização da política de assistência social do SUAS no meio de uma comunidade. O conceito de território é também reconhecida pelo SUAS como importante ferramenta de gestão, possibilitando os subsídios para planejar, monitorar, avaliar e executar a política.

Assim, o bairro Pirambu, enquanto território da pesquisa apresenta inúmeras particularidades em toda a sua área territorial que determina a condição de um debate relacionado ao assunto entre os atores sociais e o Estado, uma vez que, este bairro é um modelo de um território bastante heterogêneo, diante de uma comunidade com casos de vulnerabilidade social e risco social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Amíria Bezerra. **ineficácia das ZEIS: um problema de legislação ou uma questão político-social? O caso de Fortaleza**. 260 f. Tese Doutorado em Arquitetura e Urbanismo – FAU-USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRASIL. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. 80 p.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. 292 p. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2019.

GIL, Antônio. Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ed. São Paulo: Atlas, 2009. GRAMSCI, Antônio. Quadernidelcarcere. Edição crítica de Valentino Gerratana. Turim: Einaudi, 1977, 4 v.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Machu Picchu**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Machu%20Picchu%201977.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

LAKATOS. Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Trad. Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Sueli Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. rev. Atual. Petrópolis: Vozes, 2009.